



CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE LEI N.º 1.892, DE 2024

(Do Sr. Helio Lopes)

Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 07 de dezembro 1940 - Código Penal, para tornar crime a conduta do reitor ou dirigente máximo de instituição pública de educação superior que deixar de tomar providências em face de atos de vandalismo e pichação do patrimônio público sob sua responsabilidade, e determina a obrigatoriedade de elaboração e divulgação de relatório anual sobre as condições das instalações físicas da instituição.

DESPACHO:

ÀS COMISSÕES DE:

EDUCAÇÃO; E

CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (MÉRITO E ART. 54, RICD).

APRECIÇÃO:

Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário

PUBLICAÇÃO INICIAL

Art. 137, caput - RICD

PROJETO DE LEI Nº , DE 2024

(Do Sr. HELIO LOPES)

Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 07 de dezembro 1940 - Código Penal, para tornar crime a conduta do reitor ou dirigente máximo de instituição pública de educação superior que deixar de tomar providências em face de atos de vandalismo e pichação do patrimônio público sob sua responsabilidade, e determina a obrigatoriedade de elaboração e divulgação de relatório anual sobre as condições das instalações físicas da instituição.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 07 de dezembro 1940 - Código Penal, para tornar crime a conduta do reitor ou dirigente máximo de instituição pública de educação superior que deixar de tomar providências em face de atos de vandalismo e pichação do patrimônio público sob sua responsabilidade, e determina a obrigatoriedade de elaboração e divulgação de relatório anual sobre as condições das instalações físicas da instituição.

Art. 2º O Decreto-Lei nº 2.848, de 07 de dezembro 1940, passa a vigorar acrescido do seguinte art. 319-B:

“Art. 319-B. Deixar, o reitor ou dirigente máximo de instituição pública de educação superior, de tomar providências em face de atos de vandalismo e pichação do patrimônio público sob responsabilidade da instituição:

Pena - detenção, de três meses a um ano, multa e perda da função pública.”

Art. 3º São obrigações do reitor ou dirigente máximo de instituição pública de educação superior a elaboração e divulgação de relatório anual sobre as condições das instalações físicas da instituição.



Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

Ao reitor ou dirigente máximo de instituição pública de educação superior incumbe a respectiva gestão. O exercício do cargo implica a assunção de uma série de responsabilidades para com a instituição, alunos, funcionários e a comunidade em geral, incluída a proteção dos recursos e do patrimônio do estabelecimento.

O reitor ou dirigente máximo tem a obrigação de zelar pelo patrimônio da instituição da qual é gestor, para proteger os interesses institucionais, garantir sua sustentabilidade e cumprir sua missão educacional.

No entanto, lamentavelmente são frequentes os casos de ataques ao patrimônio de instituições públicas de educação superior em todo o País. São inúmeros os episódios de pichação e de depredação de prédios e outras instalações públicas, que causam perdas e danos às estruturas, prejudicam a rotina de aulas e impedem o pleno alcance dos objetivos acadêmicos das instituições.

Não podemos tolerar a inércia dos gestores diante dessas práticas. Nessas circunstâncias, o reitor ou dirigente máximo que, deliberadamente, deixar de adotar providências contra atos de vandalização do patrimônio da instituição sob sua responsabilidade deve ser punido com o rigor da lei penal.

Propomos, portanto, que tal conduta seja considerada crime de prevaricação, cominando ao agente pena de detenção, multa e perda da função pública.

Por outro lado, é relevante que a sociedade seja periodicamente informada acerca do cuidado da administração das instituições públicas de educação superior com o seu patrimônio. Desse modo, a proposição determina que o reitor ou dirigente máximo elabore e divulgue relatório anual sobre as condições das instalações físicas da instituição.



Por essas razões, tomamos a presente iniciativa, esperando contar com o apoio de nossos ilustres Pares para a aprovação deste Projeto de Lei.

Sala das Sessões, em de de 2024.

Deputado HELIO LOPES

2024-2188





CÂMARA DOS DEPUTADOS
CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO – CEDI
Coordenação de Organização da Informação Legislativa – CELEG

DECRETO-LEI Nº 2.848, DE 7 DE DEZEMBRO DE 1940	https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:decreto.lei:194012-07;2848
---	---

FIM DO DOCUMENTO